

TEM A PALAVRA... ADRIANO GONÇALVES FELIX

GIVING THE FLOOR TO... ADRIANO GONÇALVES FELIX

TIENE LA PALABRA... ADRIANO GONÇALVES FELIX

1. BREVE BIOGRAFIA

Adriano Felix é especialista em coordenação pedagógica e mestre em Educação, na área de inovação pedagógica e formação de professores. É professor, com 15 anos de experiência, formado em Letras e Pedagogia. Atualmente, é o coordenador pedagógico de uma Comunidade de Aprendizagem na Região Centro de Portugal, onde, além de atuar diretamente com as crianças, trabalha na formação dos docentes e na construção de um currículo democrático e de uma pedagogia inovadora que permite que os alunos se desenvolvam como cidadãos críticos e competentes, através de aprendizagens significativas, que são constantemente contextualizadas e experienciadas no dia a dia.

2. BREVE REFLEXÃO SOBRE O TEMA

Seguindo a ideia das Comunidades de Aprendizagemⁱ, a Comunidade de Aprendizagem (CA) que coordeno está localizada na região Centro de Portugal e se insere no contexto educacional português como um modelo de escola democrática, em que o aluno participa em cada contexto de sua aprendizagem, escolhe o que quer aprender, como quer que seja a escola, o que vai ser do currículo, contribuindo para a construção do seu próprio currículo e do currículo global da CA. Criada em 2016, por um grupo de pais que desejavam uma educação que promovesse outra proposta de ensino em relação ao modelo vigente, a CA conta atualmente com 27 crianças numa turma só, dos 4 aos 13 anos. A sua pedagogia está baseada em dois princípios: ninguém fica para trás e é preciso promover um ambiente desejado pela criança, um espaço onde ela possa ser feliz para aprender e se desenvolver. A CA tem como objetivo, ensinar a criança a aprender, a ser e a fazer.

O modelo das escolas democráticasⁱⁱ em Portugal, diferentemente de algumas partes do mundo, ainda não é reconhecido pelo Governo Português. Embora já haja apreço e enorme discussão sobre o assunto, incluindo textos e normas do governo sobre a participação do aluno, o ensino democrático e a gestão democrática, ainda há um impasse quanto a validar e proporcionar, de fato, uma aprendizagem democrática, um currículo democrático e um contexto mais ativo para o aluno. Iniciativas do governo, como a flexibilidade curricular e o projeto de inovação, param sempre num ponto: a necessidade de se cumprir o currículo ou o que é chamado de “Aprendizagens Essenciais” de cada área, para poder estar preparado para o Exame, que é o

passaporte para a Universidade. Ao cumprir estas aprendizagens essenciais, não há tempo para democracia na escola!

Muito se tem a fazer para uma democratização da escola, a começar pela forma de avaliar do exame ou do conteudismo que cada vez mais tem se mostrado inoperante e distante da realidade do jovem trabalhador português, que recém egresso da Universidade, não tem emprego na área. Esta realidade tem vindo a causar a insatisfação de um grande número de pais, com relação à validade da escola, seu compromisso social e ao papel que tem desempenhado junto ao aluno do século XXI. Por isso, têm surgido muitas respostas de pais e associações para promover uma alternativa a este modelo de educação vigente, e aí se inserem as Comunidades de Aprendizagem e as escolas democráticas.

Em Portugal, as CA recebem alunos que estão na modalidade de Ensino Doméstico. Neste segmento, a criança é inscrita em um agrupamento de sua localidade, que disponibiliza um tutor para acompanhá-la. Como os pais são os responsáveis pela aprendizagem da criança, estes precisam apresentar ao final de cada trimestre, um portefólio com os registos das aprendizagens para o tutor. E ao final de cada ciclo de ensino, o aluno precisa fazer um exame de todas as áreas curriculares, na escola em que está inscrito, para poder avançar para o ciclo seguinte. O documento norteador é o Decreto-Lei n.º 70/2021, de 3 de agosto.

Esta CA específica, que recebe os alunos em Ensino Doméstico, tem sido uma resposta ao que os pais procuram, por promover uma democratização do ensino, da aprendizagem e do currículo: sem notas, sem salas de aula com estruturas formais, com educadores que assumem diferentes papéis na formação da criança, a CA tem proporcionado uma aprendizagem significativa e prática, que dá voz à criança, desenvolve competências sociais, respeita seu ritmo e atua para desenvolver nelas autonomia para aprender. O propósito formativo da CA assenta no desenvolvimento da criança e do professor. O empenho aí é em aprender a aprender, e para isso, ensina-se a aprender, aprende-se a pensar e como resultado, aprende-se a fazer. Não há sentido que a criança e o educador que aí estão, não façam parte um com o outro de uma aprendizagem prática, com apelo ao desenvolvimento emocional e às diferentes aprendizagens. Por isso, a CA anda sempre às avessas: uma hora a criança aprende muito conteúdo, e parece deixar o brincar e os aspetos emocionais de lado; noutra momento, parece que está atrasada em alguma aprendizagem de conteúdo, já que o foco está em desenvolver determinadas competências para vida e que estão a ser necessárias naquela altura. Para ser um centro de formação, é preciso romper com a estrutura vigente, perceber a criança, as suas necessidades, o modo como aprende e os seus desejos e curiosidades. É preciso implementar: abrir a caixa de ferramentas das crianças, libertar os territórios definidos e acreditar que aprender a aprender é melhor que aprender tudo.

Na CA, há um trabalho curricular a acontecer dentro da aldeia, da cidade e da casa. Ali, acredita-se que conectar a vida dentro e fora da escola é desierarquizar o conhecimento e conectá-lo à criança. Aprender a partir de diferentes contextos é permitir processos cocriativos e explorar diferentes motivações. Por isso, as crianças têm nesses momentos, além de prazer e diversão, diferentes formas de reconhecer o mundo, aprender e experimentar. Na CA, deixa-se de lado o medo, que impede a maioria das escolas (riscos de sair à rua, críticas), e torna-se o científico, algo prático e conectado ao real. Essa é a educação em que acredito: que o conhecimento dos livros precisa ser interligado com o dia a dia das crianças.

Mas a partir disso, um impasse se coloca: como trabalhar um currículo próprio, voltado ao interesse e à necessidade da criança, quando, no contraponto, há o currículo oficial, com suas “aprendizagens essenciais”, que pouco se inserem na realidade do aluno e pouco servem para algo no momento em que se ensina, mas que são os conteúdos determinantes para o exame no final de cada ciclo do aluno de ensino doméstico? A CA vê nos pais, quando chegam neste momento, um grande conflito ou crise, pois há o desespero do aluno não conseguir responder ao exame e por isso, ficar retido naquele ciclo, o que põe a Comunidade em desafio de responder de algum modo, sem interferir na essência da proposta democrática. A CA se depara em equipa com perguntas, como: De que forma conectar um currículo real com um currículo no qual muitos conhecimentos só servem para o exame? Como ser democrático e responder ao sistema? A CA acaba por organizar pequenos grupos de alunos para a preparação ao exame, com a tentativa de dar algum sentido a conhecimentos descontextualizados, para que a aprendizagem não seja apenas momentânea. Porém, uma parte da instrução, mesmo com alguma didática criativa do educador, presta-se apenas ao (des)serviço do exame.

Pode haver alguma solução possível ao impasse que surge nas CA: Primeiro, o Governo precisa regulamentar as CA como oferta de ensino e permitir que estas escolas democráticas, que já fizeram o trabalho de existir por conta própria, possam ser chamadas a contribuir com suas metodologias e práticas, e possam elaborar seus próprios currículos. Depois, é preciso abrir o diálogo com estas CA, como "laboratórios" onde se têm vindo a realizar propostas educativas interessantes e inovadoras. De facto, o “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória” remete-nos para realidades educativas mais próximas destes contextos, uma vez que os aspetos emocionais e sociais são trabalhados no dia a dia de um ambiente democrático e são vitais, para alcançar o que está previsto neste perfil de cidadão desejado. Por último, o Governo precisa promover outros tipos de avaliação além dos testes e exames, que não colabore para a exclusão ou para a formação de um indivíduo que não consegue refletir sobre e agir para a sociedade. As CA podem contribuir muito para uma mudança na educação em Portugal, e, por conseguinte, no trabalho e na economia.

3. PARA SABER MAIS...

Autonomia e Flexibilidade curricular. Decreto-lei nº55/2018. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/autonomia-e-flexibilidade-curricular>

Comunidades de aprendizagem. Informações, projetos e origem. Disponível em: www.comunidadeaprendizaje.com.es

Ensino doméstico. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/ensino-individual-e-ensino-domestico>

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho. Disponível em: www.dge.mec.pt

ⁱ Comunidades de Aprendizagem trazem o conceito de que a criança aprende em contexto, tanto com os pares, quanto com os educadores, pais e toda comunidade local. São, atualmente, uma resposta aos pais que têm seus filhos em Ensino Doméstico em Portugal, e que procuram uma alternativa de Educação.

ⁱⁱ As escolas democráticas surgiram como resposta ao modelo instrutivo de Educação, como forma de tornar o aluno participante dos processos da sua aprendizagem. Nestas, o aluno decide desde a estrutura de funcionamento quanto ao que quer aprender.